



Instituto das Cidades: uma construção conjunta da Unifesp e dos movimentos sociais da Zona Leste de São Paulo

Cities Institute: a joint construction of São Paulo Federal University and the social movements of São Paulo's East Zone

***Pedro Fiori Arantes¹, Professor da Unifesp,
pedroarantes@uol.com.br***

***Wilson Ribeiro dos Santos Jr.², Professor da PUC-Campinas,
wilson@puc-campinas.edu.br***

¹ Arquiteto e urbanista, professor, Pró-reitor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador da implantação do Campus Zona Leste. Membro do grupo Usina (eleito melhor do Brasil 2015 pela Federação Nacional de Arquitetos) que atua com movimentos sem-terra e de luta por moradia. Autor do livro *Arquitetura na Era Digital Financeira* (2012).

² Arquiteto e doutor pela USP. Docente do Programa de Pós Graduação em Urbanismo e ex-diretor da FAU da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Membro das Comissões Nacionais Assessoras de Avaliação da Área de Arquitetura e Urbanismo (2001-2013). Coordenador Adjunto da Área de Arquitetura, Urbanismo e Design da CAPES desde 2015

RESUMO

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) está construindo um novo campus destinado ao Instituto das Cidades (IC), localizado na região Leste da cidade de São Paulo, tradicional área da classe trabalhadora numa iniciativa compartilhada com os movimentos sociais que ali atuam e que estiveram presentes em todas as etapas de implantação do novo Campus Zona Leste, desde a conquista do terreno até a discussão do projeto político-pedagógico. A abertura de novos campi universitários, em geral, é iniciativa de Estado, mas nesse caso, o campus é resultado de ampla luta de movimentos da Zona Leste da capital paulista, que desde a redemocratização entendem que é a disputa pelo direito à cidade e à cidadania depende também da capacidade da classe trabalhadora em criar centros de ensino e pensamento, com formulação de pesquisas, políticas e projetos dirigidos a compreender e propor soluções os problemas que afetam a vida do povo brasileiro. Elaborado com forte influência do pensamento do educador Paulo Freire, autor da “pedagogia do oprimido” e “educação como prática de liberdade” o projeto político pedagógico do Instituto das Cidades é baseado no aprendizado por problemas a partir do reconhecimento das dinâmicas e dos conflitos urbanos reais, em seus diversos contextos e escalas.

Palavras Chave: Universidade Pública; Movimentos Sociais; Zona Leste de São Paulo; Instituto das Cidades; Unifesp.

ABSTRACT

The Federal University of São Paulo (Unifesp) is building a new campus for the Cities Institute (CI), located in the eastern part of the city of São Paulo, a traditional working class area in an initiative shared with the social movements that are based there. They were present in all stages of implementation of the new Campus Zona Leste, from the conquest of the land to the discussion of the political pedagogical project. The opening of new university campuses, in general, is a state initiative, but in this case, the campus is the result of a wide struggle of movements in the East Zone of the capital of São Paulo, which, since redemocratization, understand that the dispute for the Right to the City and Citizenship also depends on the capacity of the working class to create centers of education and thought, formulating research, policies and projects aimed at understanding and proposing solutions to the problems that affect the lives of the Brazilian people. Elaborated with a strong influence of the thought of the educator Paulo Freire, author of the "pedagogy of the oppressed" and "education as a practice of freedom", the pedagogical political project of the Cities Institute is based on the learning of problems from the recognition of dynamics and urban conflicts, different contexts and scales.

Keywords: Public University; Social movements; East Zone of São Paulo; Cities Institute; Unifesp.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) está construindo um novo campus destinado ao Instituto das Cidades (IC), localizado na região Leste da cidade de São Paulo, tradicional área da classe trabalhadora numa iniciativa compartilhada com os movimentos sociais que ali atuam e que estiveram presentes em todas as etapas de implantação do novo Campus Zona Leste, desde a conquista do terreno até a discussão do projeto político- pedagógico.

A abertura de novos campi universitários, em geral, é iniciativa de Estado, mas nesse caso, o campus é resultado de ampla luta de movimentos da Zona Leste da capital paulista, que desde a redemocratização entendem que é a disputa pelo direito à cidade e à cidadania depende também da capacidade da classe trabalhadora em criar centros de ensino e pensamento, com formulação de pesquisas, políticas e projetos dirigidos a compreender e propor soluções os problemas que afetam a vida do povo brasileiro.

UM CAMPUS EM MOVIMENTO

Nos anos 1980, os movimentos já defendiam a criação de uma “Universidade do Trabalhador” na Zona Leste, inspirada na pedagogia libertadora de Paulo Freire e baseada em situações-problema e temas-geradores a partir dos temas que afetam a vida dos trabalhadores. Na década de 1990, representantes desses movimentos visitaram as universidades públicas do Estado de São Paulo, inclusive a Unifesp. Nessa mobilização, o movimento indicou a área e conquistou a implantação da USP Leste – EACH, inaugurada em 2005 e hoje com 9 cursos de graduação. É bom lembrar que a posição do governador era ampliar a USP no centro de São Paulo e o Campus só foi para a periferia por forte pressão dos movimentos sociais.

Após a inauguração da USP Leste os movimentos foram à Brasília reivindicar junto ao Ministério da Educação um Campus Federal na região, dentro da política de expansão da rede de Instituições Federais de Ensino Superior, o Reuni. A política de expansão das Universidades Federais brasileiras, iniciada em 2007 – com as dificuldades e impasses conhecidos, sobretudo nas condições de instalação física e custeio dos novos *campi* – com o mérito inegável de permitir, em meio à forte expansão do ensino superior privado e sua lógica mercantil, que espaços de ensino-aprendizagem plurais, críticos, gratuitos e referenciados em temas socialmente relevantes continuem existindo e se fortalecendo. Mais que isso, a expansão recente das universidades federais permitiu uma nova geografia do conhecimento e da rede universitária no Brasil, incentivando a interiorização e, no caso das grandes metrópoles, novos *campi* em municípios conturbados e periferias, desconcentrando o saber dos lugares de poder e riqueza nas capitais estaduais.

O então Ministro Fernando Haddad apoia a iniciativa do Campus Zona Leste e indica que este deveria estar associado à Universidade Federal de São Paulo, que já estudava, desde 1996, a implantação de um campus na região ligado às ciências ambientais. A partir de 2009, os movimentos iniciam a procura do terreno para o campus e em 2011 indicam a antiga Fábrica Metalúrgica Gazarra, falida anos antes, em Itaquera/Carmo, na Av. Jacú-Pêssego, para ser

desapropriada. Depois de idas e vindas e muitas manifestações e abraços ao terreno, a área é desapropriada no início de 2013, quando Haddad, recém eleito, assume a prefeitura de São Paulo.

A nova reitora eleita, Soraya Smaili, que acompanhava as mobilizações populares pelo Campus, decide que o processo de planejamento deste iria ocorrer com ampla participação dos movimentos. Primeiro, por meio de audiências públicas, realizadas na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e na Zona Leste. E, a seguir, indicando ao Conselho Universitário uma Comissão Mista, com 12 membros indicados pela universidade e outros 12 pelos movimentos que lutaram pelo campus.

A Comissão atuou intensamente durante um ano e analisou e debateu os cursos de graduação a serem implantados, as atividades de extensão universitária (já em andamento), os projetos de edificações e o cronograma de implantação do campus, para que pudessem ser definidos e aprovados nos conselhos centrais da Unifesp.

Num primeiro momento, os movimentos fizeram uma consulta às pessoas que estavam nos atos e atividades em defesa ao Campus, com uma cédula em que deveriam ser indicados os cursos de graduação mais desejados. Destes, vários a universidade já dispunha noutros campi, como Medicina, ou em abertura, como Direito (no Campus Osasco). Depois de novas rodadas de conversas, o movimento entendeu que a consulta, daquele modo, poderia resultar em um projeto político pedagógico totalmente desarticulado, com cursos díspares apenas reunidos em um campus. Internamente à universidade ocorria um amplo debate sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional e um modelo de estruturação de ensino-pesquisa-extensão baseado no conceito de “convergência de conhecimento” em torno de temas complexos que exigem olhares multidisciplinares. O neurologista e ex-presidente do CNPq, atual Pró-Reitor de Planejamento da Unifesp, Esper Cavalheiro, estimulava a pensar uma questão comum que desse unidade a cursos de diferentes áreas de conhecimento (evitando os campi temáticos tradicionais, de humanas, artes, ciências, engenharias, saúde etc).

Alguns dos melhores projetos político-pedagógicos da expansão já realizavam algo similar, em especial no Campus Baixada Santista, com o Instituto Saúde Sociedade (que agrupava graduações de fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição, educação física, psicologia e serviço social) e seu recente Instituto do Mar (com um bacharelado comum e terminações em engenharia ambiental portuária, engenharia de petróleo e energias renováveis, engenharia de pesca, oceanografia e ecologia marinha).

Os movimentos que estavam participando da comissão de implantação do Campus apoiaram a proposta de um tema/problema articulador das graduações, pois viam na USP Leste um conjunto desconexo de graduações, sem convergência e com pouco diálogo com os movimentos e comunidades do entorno. O tema do Campus deveria ser, igualmente, a oportunidade de manter a dimensão social, pública e dialógica da Universidade, aberta ao problemas que afetam a vida dos trabalhadores, mas também aberta a suas organizações, saberes e culturas. Além disso, estabelecíamos diálogo e coerência com o projeto Paulo-freireano de uma universidade com tema-gerador de conhecimento de interesse dos trabalhadores.

A Pró-Reitora de Graduação, Maria Angélica Minhoto, passou a avaliar, com sua equipe, como agrupar os cursos que ainda não foram abertos na expansão da Unifesp em temas-geradores e daí surgiram três propostas: 1) trabalho e indústria; 2) comunicação e mídias; 3) e cidades e assentamentos humanos. O movimento ainda solicitava o tema de cultura e artes, mas este estava planejado e já pactuado com o MEC para o Campus de Embu das Artes. Após nova reunião, foi o

escolhido o tema-gerador CIDADES, por unanimidade na comissão mista, por considerar que ele permitiria a aproximação de formações de campos de conhecimento distintos (humanidades, ciências ambientais, ciências sociais aplicadas, tecnologia, ciências da terra etc).

Além disso, estávamos no final de 2013 e é importante mencionar que as Cidades estavam em discussão, no mundo (com os vários movimentos de ocupações) e no Brasil, com as Jornadas de junho de 2013, que colocaram em evidência os problemas urbanos e o direito a serviços públicos mais eficientes e a cidades mais justas e democráticas.

Em 2014, o projeto preliminar do Instituto das Cidades foi apresentado e debatido em Seminário nos dias 13 e 14 de fevereiro, com especialistas e representantes de movimentos sociais, que confirmaram sua importância e caráter inovador. A criação do Instituto foi a seguir aprovada por unanimidade na reunião ordinária do Conselho de Graduação, em 19 de fevereiro daquele ano. Em abril, o Ministério da Educação manifestou-se favoravelmente ao projeto político-pedagógico dessa unidade universitária, ratificando a pertinência do tema e do modelo de ensino interdisciplinar proposto. Durante os meses de outubro e novembro de 2014, foi realizado um novo seminário para aprofundamento desse projeto, em duas rodadas, totalizando quatro dias de discussão, com 12 colaboradores, sendo cinco internacionais. No início de dezembro, após algumas rodadas de negociação com a Reitoria e o Ministério da Educação, foram definidos os termos de pactuação do campus (número de cursos, estudantes, professores e técnicos, recursos de custeio, capital e assistência estudantil).

Em sessão histórica do dia 17 de dezembro de 2014, com presença de representantes dos movimentos da Zona Leste em pleno Conselho Universitário, com direito a voz e defesa do projeto, o Conselho aprovou por unanimidade o novo campus, com diversas manifestações de apoio ao projeto inovador e estratégico do Instituto das Cidades e ao planejamento em elaboração. A seguir a Reitora Soraya Smaili foi a Brasília e assinou a pactuação aprovada pelo Conselho, dando oficialmente início à implantação do Campus Zona Leste.

Em 2015, foram desenvolvidos os projetos político pedagógicos de cada um dos seis primeiros cursos, com o apoio de comissão formada por dez professores e coordenada pela ProGrad e a realização de debates públicos temáticos, com mais de cinquenta colaboradores convidados.

O planejamento de implantação avançou com a contratação dos Projetos Executivos dos primeiros edifícios e a reforma do edifício de extensão, o primeiro a funcionar no campus. O repasse de vagas de técnicos e professores, contudo, não cumpriu o cronograma pactuado em 2014.

ZONA LESTE DE SÃO PAULO: UM LUGAR NA NOVA GEOGRAFIA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA

A escolha da Zona Leste da cidade de São Paulo para o Campus da Unifesp, como mencionamos, é resultado de uma confluência entre a luta histórica dos movimentos sociais da região – que é espaço tradicional da classe trabalhadora na metrópole e hoje com 4,2 milhões de habitantes (mas apenas 2% de vagas no ensino superior público) – e da iniciativa da Unifesp, contextualizada e socialmente referenciada, de instalar seus novos *campi* em regiões periféricas e vulneráveis da macrometrópole – de forma dialogada com os movimentos sociais e especialistas nacionais e internacionais. Em especial, no caso da Zona Leste, a aliança com os movimentos locais foi decisiva para a iniciativa e será para a história desse Campus e do seu primeiro instituto – cabendo

destaque tanto à luta por educação quanto às demais demandas urbanas na Zona Leste, como a dos movimentos de luta por moradia, com seus grupos de origem, ocupações, mutirões etc.

A localização do Campus na região do Carmo/Itaquera é também estratégica por se tratar de área pouco adensada da Zona Leste e simultaneamente complexa, marcada por bairros autoconstruídos, conjuntos habitacionais, chácaras de agricultura urbana, fábricas, áreas de proteção ambiental, grandes infraestruturas de transportes e drenagem urbana, cultura, comércio e lazer, combinando situações que serão estimulantes do ponto de vista do ensino, pesquisa e extensão e inovação em políticas públicas em diálogo com movimentos sociais – bem como a possibilidade de influenciar o planejamento da ocupação e transformação do seu entorno. O Campus fará parte de um processo regional de desenvolvimento urbano metropolitano, e sua implantação é um grande desafio e vetor para materializar as dimensões políticas do seu projeto pedagógico em diálogo com outros atores da região. Nesse sentido, pretende também ser não apenas um Campus *na* Zona Leste, mas *da* Zona Leste, entendida como região da cidade onde historicamente se estabeleceu a classe trabalhadora, suas organizações e movimentos sociais, com uma tradição de luta e organização.

A participação dos movimentos sociais e comunidades no Campus Zona Leste é prevista com diversos canais de diálogo, organizados por meio de conselhos específicos paritários, universidade-sociedade, com os seguintes temas: Conselho Estratégico de diálogo Universidade-Sociedade-Setor Público; Conselho de Rede de Escolas em cooperação com o Campus Zona Leste; Conselho de Atividades Culturais e de Memória do Campus Zona Leste; Conselho de Atividades Esportivas e de Lazer do Campus Zona Leste; Conselho de Atividades Econômicas e Desenvolvimento urbano e regional.

O Campus Zona Leste também está sendo planejado como um espaço experimental de produção e gestão de cidades em que o próprio campus é objeto de pesquisa e intervenção. Com diversas formações em planejamento, projeto e construção de cidades, esse campus deverá manter um caráter de exemplaridade em si mesmo, com pesquisas experimentais permanentes enfocando . novas tecnologias construtivas e formas espaciais inovadoras ao pensar sua relação com o contexto urbano e com a paisagem, incluindo a área de preservação e nascentes que abriga.

O Campus Zona Leste ainda permite que várias camadas históricas do lugar, de uso e ocupação da gleba permaneçam de algum modo ativos, física e pedagogicamente. São elas: a Área de Preservação Permanente - APP de cerca de 25 mil m², com mata nativa e duas nascentes e córregos afluentes do Rio Jacu; o primeiro uso antrópico da gleba como chácara de família de imigrantes japoneses, produtora de horti-fruti e integrante do cinturão verde leste de São Paulo; sua conversão em área industrial no final dos anos 1970 com a instalação da Metalúrgica Gazarra, uma das principais fábricas da Zona Leste e importante lugar de memória operária; e, por fim, sua transformação em Campus Universitário, uma mini-cidade em diálogo com esses patrimônios materiais e imateriais, ambientais e construídos.

BASES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DO NOVO CAMPUS

Elaborado com forte influência do pensamento do educador Paulo Freire, autor da “pedagogia do oprimido” e “educação como prática de liberdade” o projeto político pedagógico do IC é baseado no aprendizado por problemas a partir do reconhecimento das dinâmicas e dos conflitos urbanos reais, em seus diversos contextos e escalas e irá se desenvolver por meio de práticas didáticas inovadoras como o uso de jogos, dramatizações, multimeios de comunicação, modelos e

protótipos, cartografias de conflitos e simulações, e também pela convivência dos estudantes e professores nos Espaços Pedagógicos integrados de ensino, organizados em escritórios temáticos, laboratórios e oficinas. As relações entre teoria e prática, meios e fins, razão instrumental e substantiva, tempo e lugar, são centrais para que os novos profissionais formados – do futuro arquiteto e urbanista ao gestor público – sejam capazes de reconhecer os problemas que afetam a vida das populações nas cidades, palco e produto de conflitos sociais e onde a atuação destes profissionais ocorrerá, inevitavelmente, de forma não neutra.

O novo Instituto reitera a vocação pública e congrega, de forma integrada, as formações universitárias em Geografia, Arquitetura, Urbanismo, Administração Pública, Engenharia Civil e Engenharia Ambiental, áreas de conhecimento correlatas à Arquitetura e Urbanismo que pensam, planejam, projetam, constroem e transformam as cidades e tem como compromisso descrever, compreender e propor soluções para os problemas urbanos, em especial, aqueles que afligem as maiorias desfavorecidas

O projeto político-pedagógico nasce a partir de uma avaliação das condições de ensino e da prática profissional de cidades no século XXI, em contextos de fortes desafios colocados pela crise da urbanização capitalista – intensiva, desigual e insustentável –, e pelo colapso de infraestruturas e serviços de um urbanismo em fim de linha, exigindo a necessária redefinição de políticas e ações em novos rumos, que promovam uma inflexão no modo de pensar, planejar, projetar e construir as cidades, que definam os aliados em defesa do que é comum, da qualidade de vida em uma cidade mais justa, integrada e acessível a todos.

O percurso formativo dos cursos pretende investigar crítica e propositivamente o processo histórico, analisar o contexto presente e as possibilidades de futuro na relação entre a sociedade e as forças produtivas com a natureza e o território, com o rural e as fontes de energia, água, alimentos e matérias primas que as sustentam; imaginar e propor soluções para os problemas endógenos da urbanização, como a falta de moradia adequada, de espaços, serviços e equipamentos públicos, de mobilidade urbana, enfim, do “direito à cidade”, sem perder de vista também as causas exógenas. Pretende-se mapear as práticas e potencialidades já existentes nos contextos urbanos, formas de sobrevivência, resistência e inventividade, modos de fazer e usar a cidade pelos moradores-construtores, em geral desprezadas pelo exercício mais elitista da profissão.

A escolha de temas de ensino, pesquisa e projeto de arquitetura e urbanismo irá se basear em critérios de relevância, isto é, na definição de problemas que afetam o cotidiano dos trabalhadores e de todo conjunto multitudinário que é vasto e heterogêneo. A atuação interdisciplinar e coletiva na resolução de problemas complexos, como os da urbanização, orientará contextos de ensino-aprendizagem inovadores em situações reais abordados com indissociabilidade entre teoria e prática, como princípio formador e integrador das atividades, como fundamento da permanente problematização e pesquisa de soluções por profissionais capazes de agir, simultaneamente, de forma crítico-reflexiva, imaginativa e resolutiva; com a proposição de tecnologias sociais e sustentáveis, sejam de possibilidades futuras ou de origem em técnicas e saberes ancestrais; e com a defesa da história dos lugares e da qualidade do ambiente construído como princípios indissociáveis na transformação das cidades em espaços democráticos, em que o conflito e a diferença sejam reconhecidos como legítimos para a conquista da justiça urbana e das condições de bem viver para todos.

A formação é integrada entre os cursos, baseado em aprendizado por problemas, contextos e conflitos reais. O reconhecimento das situações, sua contextualização e problematização, seus

agentes e interesses, ganhadores e vencedores, norteiam as hipóteses de ação e resolução para todos os estudantes – do futuro engenheiro ao gestor público. Uso de jogos, dramatizações, vídeos, modelos, cartografias de conflitos, simulações etc. são alguns dos instrumentos de ensino utilizados.

As relações entre teoria e prática, meios e fins, razão instrumental e substantiva, tempo e lugar, são centrais para que novos profissionais sejam formados reconhecendo a cidade como palco e produto de conflitos sociais e que sua atuação ocorrerá de forma não neutra, capaz de reconhecer os problemas que afetam a vida das populações urbanas, para quem a cidade é um direito e não valor de troca.

A formação no Instituto será altamente associada à extensão universitária, em diálogo e cooperação com políticas públicas, movimentos sociais, ativistas e comunidades. Todo ano uma grande audiência de abertura das atividades, com escolha de temas e contextos ocorre com estudantes, professores e a população presente. O ano transcorre com diálogos constantes com as comunidades e situações de projetos e políticas públicas dos conflitos eleitos. Ao final do ano, ocorre uma grande exposição e novas audiências com a população, gestores públicos, empresas e especialistas para avaliação coletiva dos resultados alcançados e o que eles nos ensinam.

Vale lembrar que o campus novo está inserido num contexto urbano complexo e rico em situações de ensino, aprendizagem e intervenção. É uma região ainda não totalmente consolidada, que conta com áreas de preservação ambiental, um grande parque, chácaras de pequenos agricultores de origem japonesa, um polo industrial, habitações em assentamentos informais, grandes conjuntos habitacionais produzidos pelo estado e infraestruturas de transporte metropolitano. Isso permite que a própria imersão de estudantes e professores já ocorra no lugar excepcional em que se encontra o Instituto.

EXTENSÃO COMO PRAXIS ESTRUTURANTE E DIÁLOGO SOCIAL PERMANENTE

O Campus Zona Leste começou suas atividades em 2013 com iniciativas de Extensão Universitária e conta atualmente com um Polo de Extensão e Cultura, em um edifício reformado entre os antigos blocos fabris da Gazarra. O Edifício foi batizado com o nome “Trabalhadores da Gazarra”, em homenagem aos operários e à “memória do trabalho” que será mantida no novo Campus. As três principais salas também prestaram homenagem a lutadores populares: Waldemar Rossi, Orisson Saraiva de Castro e Zorilda Maria dos Santos, três trabalhadores falecidos e que tiveram grande atuação nos movimentos sociais da Zona Leste. Nas palavras de uma liderança na ocasião: “Ficamos muito contentes pela Unifesp dar espaço para homenagearmos as nossas lideranças, pois isso mostra que as nossas conquistas não caíram do céu, mas foram fruto da luta de pessoas como essas”, afirmou na inauguração Luis França, membro do movimento social que luta pela universidade pública na Zona Leste.

Entre as atividades de Extensão que já ocorrem no Campus, cabe destaque ao Observatório de Políticas Públicas, ao Centro de Memória da Zona Leste, à Escola de Cidadania e ao Núcleo de Formação sociocultural da Zona Leste, o programa de Agricultura Urbana. Outras iniciativas em planejamento e que já existem em outros campi da Unifesp são o Cursinho Popular e a Universidade Aberta da Terceira Idade (UATI). O começo das atividades de ambas está sendo planejado em conjunto com a Prefeitura da cidade de São Paulo por meio da Secretaria de Educação e também da Secretaria de Direitos Humanos e Direitos da Pessoa Idosa. A Universidade Aberta do Brasil (UAB) já se instalou em alguns CEUs da zona leste que acolhem os polos de EAD

para atividades de formação de professores da Rede Pública e em 2017 oferecerá vagas no polo Vila Aricanduva em sua primeira graduação a distância, o Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional.

Para a realização dessas iniciativas, e abrindo ainda praças cobertas e espaços culturais de uso compartilhado com a população (como Teatro, Biblioteca, Cineclube, Ateliês), está previsto o prédio frontal do Campus, que constituirá a fachada metropolitana na Av. Jacu Pêssego. Tal edifício convidativo e de uso compartilhado marca o princípio de uma universidade aberta à população e em diálogo com seus movimentos sociais, governos e políticas públicas.

As profissões oferecidas pelo Instituto das Cidades serão aplicadas, por isso o exercício de estágios supervisionados, escritórios-modelo, incubadoras de cooperativas e empresas, escola de governo, residências profissionais e extensão universitária são momentos fundamentais para a realização de experiências concretas de Práticas Assistidas. Algumas delas já são amparadas por leis federais, estaduais e municipais, como as leis de assistência técnica pública e gratuita em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para projetos e obras de habitação de populações de baixa renda, movimentos sociais e cooperativas (como a Lei 11.888/2008, que prevê convênios com as universidades para tanto). As Práticas Assistidas permitem a formação profissional em atividades de campo, de aprender fazendo (“learn-by-doing”), em que os estudantes são expostos a contextos reais, interagindo com situações complexas e levando à prova sua formação intramuros. A prática favorece, assim, o reconhecimento das desigualdades sociais e urbanas e o desejo de superá-las, com ações concretas e transformadoras na relação universidade-sociedade, como um meio de ativismo projetual pela justiça urbana.

A vocação extensionista do Campus Zona Leste e do Instituto das Cidades deve refletir-se igualmente num Conselho Consultivo de Extensão com a participação de membros externos à universidade (com representantes de movimentos sociais, órgãos públicos, ONGs, setor privado, sindicatos etc.), que irá recomendar políticas e programas e cursos de extensão e especialização.

As ações de Extensão são oportunidade única de colocar em marcha, em tempo real, a experiência desenvolvida nas atividades de ensino e pesquisa, possibilitando campos de interlocução nos quais a teoria se defronta com as situações concretas nas quais ocorrem aprendizados mútuos entre sociedade e universidade. A extensão colabora para superar a defasagem temporal entre o caráter naturalmente anacrônico do ensino baseado em bibliografia sistematizada sobre acontecimentos passados e os desafios do tempo presente, proporcionando experiências teórico-práticas.

É desse modo que o Campus Zona Leste propõe a Extensão como práxis estruturantes em seu programa de formação em cidades. As atividades de extensão são ações coletivas com intensa mobilização cooperativa, estruturantes do projeto político-pedagógico do Instituto das Cidades.

A Extensão, contudo, em especial no caso de um Instituto que lida com políticas públicas associadas às carências de infraestrutura e qualidade de vida da população, deve resguardar suas diferenças em relação à ação do Estado, provedor de serviços públicos e garantidor dos direitos da cidadania. O Instituto deve estar associado às políticas públicas como agente observador, problematizador e inovador (incluindo ações exemplares de práticas assistidas), mas sem a capacidade de implementar ações na escala de serviço público universal. Para tanto, a universidade pode celebrar acordos de cooperação e/ou solicitações para que os órgãos públicos competentes atuem no que for de sua responsabilidade na atenção às demandas locais.

CAMPUS PARADO, POVO EM MOVIMENTO

O ajuste fiscal, com cortes de gastos e vagas públicas já vinha sendo aplicado desde o final de 2014, o que não permitiu que a Unifesp, de fato, implantasse seu novo Campus. A gestão Dilma, apesar de apoiar a continuidade da expansão e pactuar o Campus Zona Leste, não cumpriu os compromissos de liberação de vagas de técnicos e professores para sua implantação. Com o governo Temer, observando a conjuntura, não há perspectivas para a ampliação do ensino superior público.

As Universidades Federais, se têm autonomia para propor projetos pedagógicos inovadores como este, na prática, não tem autonomia para implementá-los, dependendo do governo central para receber orçamento e vagas. Alguns avanços, contudo foram feitos, o que permite dizer que está tudo engatilhado para a implantação do Campus. Institucionalmente, o Instituto das Cidades e o Campus da Zona Leste foram aprovados no Conselho de Graduação e no Conselho Universitário, bem como pelo MEC, em pactuação de 2014, que prevê 159 professores e 184 técnicos para os primeiros cursos. O seu terreno foi desapropriado pela Prefeitura de São Paulo e recebido pela Universidade. O Projeto Executivo dos edifícios principais foi contratado e realizado, e aguarda autorização e disponibilidade orçamentária para licitação das obras.

A atual gestão da Universidade e a equipe que desenvolveu o projeto do Instituto das Cidades e seus cursos, bem como os movimentos populares da região que lutaram (e lutam) pelo Campus Zona Leste, não desistiremos das negociações e mobilizações para que seja implantado como foi planejado. O Campus e seu Instituto não podem ser ignorados ou facilmente abandonados, pois sua existência já é uma realidade para a Unifesp, para a região, para a Prefeitura de São Paulo e para o MEC.

Os movimentos seguem realizando pressão e atos em defesa do Campus. Nosso desafio atual é o alargamento de rede de movimentos, entidades e coletivos, formando uma rede ainda mais ampliada de defesa popular do Campus e seu futuro Instituto. Além do Movimento pela Universidade Federal na Zona Leste, alguns dos grupos que estão participando de atividades e debates no Campus e ampliando a rede de interlocução social atuam em frentes diversas (moradia, educação, cultura, saúde, gênero, raça, assistência social etc) e convergem em uma possível unidade nesse espaço de pensamento e resistência. São atualmente mais de 50 organizações: Central de Movimentos Populares, União de Movimentos de Moradia, Movimento Leste 1 e Movimento Leste 2, Aliança Negra e Casa de Cultura Cidade Tiradentes, Batakere, Buraco D'Oraculo, Casa de Cultura Raul Seixas e Coletivo ALMA, Casa Viviane, Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, Cia Estavel de Teatro, Cine Campinho, Coletivo Baobá, Coletivo No Batente, Dolores Mecatrônica de Artes, Espaço Cultural Carlos Marighella, Frente de Luta por Moradia, Fórum de Cultura da ZL, Fragmento Urbano, Jongo dos Guaianás, Levante Popular, Mov. Nossa Itaquera, Movimento Cultural da Periferia, Movimento de Defesa do Favelado, Movimento Ermelino Matarazzo, Luta Popular, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento de Luta Pantanal, Sarau de São Mateus, Nhocuné Soul, Nucleo Cultural Força Ativa, Ocupação Coragem, Coletivo No Batente, Pombas Urbanas, Usina, Sarau Sapopemba, Coletivo Periferia Preta.

Por isso, seguiremos, Unifesp e Movimentos, incansavelmente atuando pela ampliação das Universidades públicas no país, com projetos político pedagógicos relevantes para pensar criticamente e propor soluções para os problemas do povo brasileiro. Um deles, sem dúvida, se refere às condições de vida nas nossas cidades. Reinventá-las, dentro de um espaço universitário aberto ao diálogo com a sociedade e setor público, é caminho para reacender a imaginação por

novas formas de viver e produzir as cidades e, indiretamente, por imaginar outros mundos possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo, Editora 34, 2002.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na Era Digital Financeira*. São Paulo, Editora 34, 2012.

ARTIGAS, J.B. Vilanova. *A Função Social do Arquiteto*. São Paulo, Nobel, 1985.

FERRO, Sérgio. *Programa para polo de ensino, pesquisa experimentação da construção (1994) em Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo, Cosac Naify, 2006.

LEFÈVRE, Rodrigo. *Objetivos do ensino da Arquitetura e meios para atingi-los em Trabalho de Projeto*. São Paulo: FAU-USP, 1977.

LEFÈVRE, Rodrigo. *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1980.

LEITE, Maria Amélia. *A aprendizagem tecnológica do arquiteto*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

PRONSATO, Sylvia Dobry. *Para quem e com quem: ensino de Arquitetura e Urbanismo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2008.

REIS FILHO, Nestor G. (Org.). *100 anos de ensino de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo*. São Paulo: USP, FAU, 1996.

RONCONI, Reginaldo. *Inserção do Canteiro Experimental nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS JR., Wilson Ribeiro. *O currículo mínimo no ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: 1969-1994*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Carlos Nelson dos. *A Cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Roberto Eustáquio dos. *Atrás das Grades Curriculares: da fragmentação do currículo de graduação de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

SCHÖN, Donald A. *Educando o Profissional Reflexivo: Um novo desenho para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre, ArtMed, 2000.

SOUZA LIMA, Mayumi Watanabe de. A Formação do Arquiteto, Ensino de Arquitetura e Mercado de Trabalho. *Chão Revista de Arquitetura*, Rio de Janeiro, 1978, no 3.

UNIFESP. Projeto Político Pedagógico do Instituto das Cidades – Campus Zona Leste, 2014.